

SEÇÃO II

Política Fiscal

Sumário

A política fiscal manteve, ao longo do terceiro trimestre, a postura austera que vem se caracterizando desde 2017. Austeridade, no contexto de fortes pressões para expansão dos gastos, significa continuidade de *deficit* ainda altos, porém em trajetória ligeiramente declinante. O *deficit* primário, pela ótica “abaixo da linha”, para o setor público consolidado no acumulado no ano até setembro foi de 1,2% do PIB, meio ponto percentual (p.p.) inferior ao registrado em igual período do ano passado (1,7% do PIB). No acumulado em doze meses, o *deficit* primário de setembro (1,3% do PIB) também apresenta forte queda na comparação com o mesmo mês do ano passado (2,4% do PIB), bem como em relação ao ano de 2017 como um todo (1,7% do PIB).

A dívida pública, no conceito de dívida bruta do governo geral, se estabilizou desde maio deste ano em patamar ligeiramente superior a 77% do PIB. Essa estabilidade reflete a devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional, no valor de R\$ 130 bilhões neste ano, com a consequente amortização de dívida mobiliária federal no mesmo valor. A dívida líquida do setor público consolidado também tem oscilado em torno de patamar relativamente estável, de cerca de 52% do PIB. A trajetória da dívida líquida, por sua vez, tem se beneficiado da desvalorização cambial de 32,4% observada em doze meses até setembro.

Pela ótica “acima da linha”, o governo central apresentou *deficit* de R\$ 23 bilhões em setembro, semelhante, em termos reais, a esse mês em 2017. No acumulado no ano até setembro, o *deficit* primário em 2018 foi de R\$ 82 bilhões (1,6% do PIB), 30% menor, em termos reais, que em igual período de 2017. Essa redução refletiu o crescimento real de 6,2% das receitas e de 2,3% das despesas. A estimativa da quarta avaliação bimestral de receitas e despesas, elaborada em setembro, é de que o *deficit* primário fique R\$ 8,2 bilhões abaixo da meta de R\$ 159 bilhões para o ano de 2018, mas há a expectativa, em função de uma execução orçamentária R\$ 12,2 bilhões inferior ao autorizado até o momento, de que essa diferença possa ser ainda maior.

1 Necessidades de financiamento e dívida pública: Resultados “abaixo da linha”

A política fiscal manteve, ao longo do terceiro trimestre, a postura austera que vem se caracterizando desde 2017. Austeridade, no contexto de fortes pressões

Paulo Mansur Levy

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

paulo.levy@ipea.gov.br

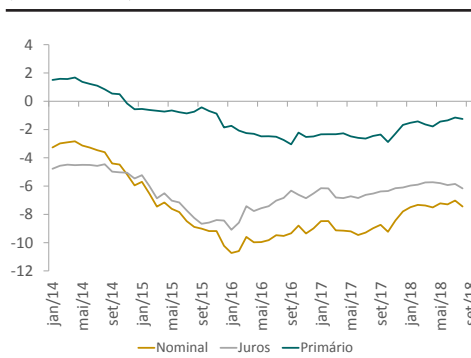
Felipe dos Santos Martins

Assistente de Pesquisa da Dimac

felipe.martins@ipea.gov.br

para expansão dos gastos, significa continuidade de *deficit* ainda altos, porém em trajetória ligeiramente declinante. O *deficit* primário, pela ótica “abaixo da linha”, para o setor público consolidado no acumulado no ano até setembro foi de 1,2% do PIB, meio ponto percentual (p.p.) inferior ao registrado em igual período do ano passado (1,7% do PIB). Essa redução ocorreu quase inteiramente no governo federal, cujo *deficit* no acumulado no ano até setembro passou de 2,1% do PIB em 2017 para 1,5% do PIB em 2018. Nos governos subnacionais houve ligeira piora, com o resultado primário passando de superavit de 0,36% do PIB para 0,27% do PIB, enquanto nas estatais o *superavit* primário aumentou ligeiramente, de 0,02% do PIB para 0,06% do PIB (tabela 1). No acumulado em doze meses, o resultado primário de setembro também apresenta melhora na comparação com setembro do ano passado, bem como em relação ao ano de 2017 como um todo, conforme o gráfico 1.

GRÁFICO 1
Resultados do setor público consolidado acumulado em doze meses
(Em % do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1
Resultado primário do setor público consolidado
(Em % do PIB)

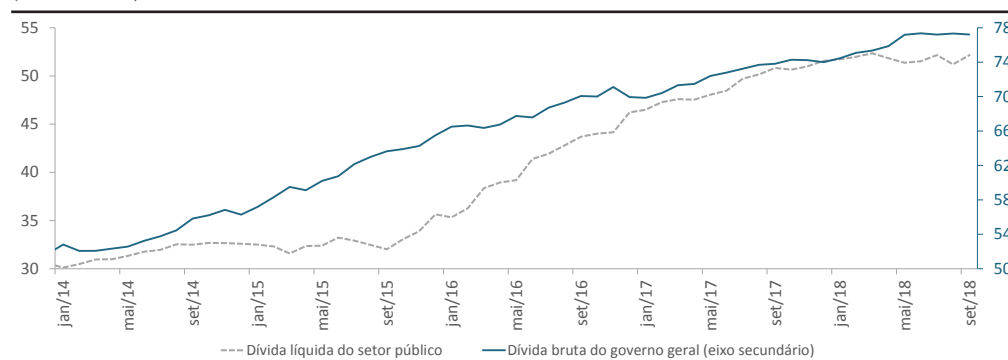
| Ano | Nominal | | | | Juros | | | | Primário | | | |
|-------------------|------------------|---------|-------------|----------|------------------|---------|-------------|----------|------------------|---------|-------------|----------|
| | SPC ² | Federal | Subnacional | Estatais | SPC ² | Federal | Subnacional | Estatais | SPC ² | Federal | Subnacional | Estatais |
| 2005 | -3,5 | -3,4 | -0,2 | 0,1 | -6,1 | -5,9 | -0,2 | 0,1 | 3,7 | 2,6 | 1,0 | 0,2 |
| 2006 | -3,6 | -3,1 | -0,7 | 0,2 | -5,7 | -5,2 | -0,7 | 0,2 | 3,2 | 2,1 | 0,8 | 0,2 |
| 2007 | -2,7 | -2,2 | -0,5 | -0,1 | -4,9 | -4,4 | -0,5 | -0,1 | 3,2 | 2,2 | 1,1 | 0,0 |
| 2008 | -2,0 | -0,8 | -1,1 | -0,1 | -4,3 | -3,1 | -1,1 | -0,1 | 3,3 | 2,3 | 1,0 | 0,1 |
| 2009 | -3,2 | -3,2 | 0,1 | 0,0 | -4,5 | -4,5 | 0,1 | 0,0 | 1,9 | 1,3 | 0,6 | 0,0 |
| 2010 | -2,4 | -1,2 | -1,2 | 0,0 | -4,4 | -3,2 | -1,2 | 0,0 | 2,6 | 2,0 | 0,5 | 0,1 |
| 2011 | -2,5 | -2,0 | -0,5 | 0,0 | -4,6 | -4,1 | -0,5 | 0,0 | 2,9 | 2,1 | 0,8 | 0,1 |
| 2012 | -2,3 | -1,3 | -0,9 | -0,1 | -4,5 | -3,1 | -1,3 | -0,1 | 2,2 | 1,8 | 0,4 | -0,1 |
| 2013 | -3,0 | -2,1 | -0,8 | -0,1 | -4,7 | -3,5 | -1,1 | -0,1 | 1,7 | 1,4 | 0,3 | 0,0 |
| 2014 | -6,0 | -4,7 | -1,1 | -0,1 | -5,5 | -4,3 | -1,0 | -0,1 | -0,6 | -0,4 | -0,1 | -0,1 |
| 2015 | -10,2 | -8,6 | -1,5 | -0,2 | -8,4 | -6,6 | -1,6 | -0,2 | -1,9 | -1,9 | 0,2 | -0,1 |
| 2016 | -9,0 | -7,6 | -1,3 | -0,1 | -6,5 | -5,1 | -1,3 | -0,1 | -2,5 | -2,5 | 0,1 | 0,0 |
| 2017 | -7,8 | -7,0 | -0,7 | -0,1 | -6,1 | -5,2 | -0,8 | -0,1 | -1,7 | -1,8 | 0,1 | 0,0 |
| 2018 ¹ | -7,2 | -6,3 | -0,9 | -0,1 | -5,9 | -4,9 | -0,9 | -0,1 | -1,3 | -1,4 | 0,1 | 0,0 |

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota ¹: acumulado em 12 meses até set./2018.
Nota ²: Setor Público consolidado.

A carga de juros nos doze meses até setembro ficou em 5,9% do PIB, resultado bem inferior ao dos últimos anos, quando chegou a alcançar 8,5% do PIB em meados de 2015. O *deficit* nominal, por seu turno, caiu de 8,7%, nos doze meses até setembro de 2017, para 7,2% até esse mês de 2018 (tabela 1). Apesar da melhora dos resultados fiscais, tanto no conceito primário quanto no nominal, os

deficit continuam bastante elevados. A dívida pública, no conceito dívida bruta do governo geral, se estabilizou desde maio em patamar ligeiramente superior a 77% do PIB – nível também considerado elevado em comparações internacionais com países emergentes. Essa estabilidade reflete a devolução de recursos do BNDES ao Tesouro Nacional, no valor de R\$ 130 bilhões neste ano, com a consequente amortização de dívida mobiliária federal no mesmo valor (gráfico 2).

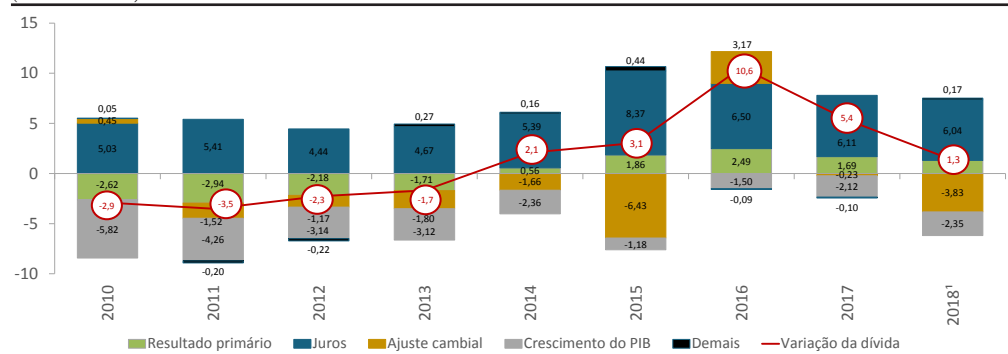
GRÁFICO 2
Evolução da dívida pública
(Em % do PIB)



Fonte: BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A dívida líquida do setor público consolidado também tem oscilado em torno de patamar relativamente estável, de cerca de 52% do PIB. A sua trajetória tem se beneficiado da desvalorização cambial de 32,4% observada em doze meses até setembro, uma vez que os ativos do setor público consolidado em dólares (basicamente, as reservas internacionais, atualmente em US\$ 380,7 bilhões) são bem mais elevados que sua dívida externa (US\$ 72,9 bilhões, incluindo governo geral e Banco Central) e dívida interna em dólares (operações de *swap* cambial, no valor de US\$ 68,8 bilhões). Nesse período, a dívida líquida aumentou 1,3 p.p. do PIB, puxada pelo *deficit* primário (1,3% do PIB) e pelos juros (6,1% do PIB), enquanto o crescimento do PIB (com contribuição negativa de 2,4 p.p.) e a variação cambial (contribuição também negativa de 3,8 p.p. do PIB) mitigaram a expansão (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público consolidado - Contribuições para a variação da dívida líquida em 12 meses
(Em % do PIB)



Fonte: BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Receitas e despesas do Governo Central: O resultado “acima da linha”



O governo central apresentou *deficit* de R\$ 23 bilhões em setembro, semelhante em termos reais ao mesmo mês em 2017 (tabela 2). A receita total aumentou 2,7%, em termos reais, e a líquida, 3%. A variação real da despesa, por sua vez, foi de 1,7%. No acumulado no ano até setembro, o *deficit* primário em 2018 foi de R\$ 82 bilhões, 30% menor, em termos reais, que em igual período de 2017. Também nessa comparação observa-se um crescimento mais forte da receita em termos reais (6,2% na total e 5,9% na líquida) do que nas despesas (2,3%). Em termos absolutos, a preços de setembro de 2018, o *deficit* primário em 2018 caiu R\$ 32,8 bilhões no acumulado no ano até setembro em relação a igual período de 2017; as receitas cresceram R\$ 63,8 bilhões, a receita líquida, R\$ 51,0 bilhões e as despesas, R\$ 22,3 bilhões.

TABELA 2
Evolução das receitas e despesas do governo central

| Período | A preços constantes (R\$ milhões de set.2018) | | Taxa de variação (%) | A preços constantes (R\$ milhões de set.2018) | | Taxa de variação (%) |
|--|---|-----------|----------------------|---|----------------|----------------------|
| | Set./2017 | Set./2018 | | Jan.-Set./2017 | Jan.-Set./2018 | |
| 1. Receita total | 108.638 | 111.617 | 2,74 | 1.037.447 | 1.101.265 | 6,15 |
| 1.1 Receitas administradas pela RFB ¹ | 67.971 | 67.411 | -0,82 | 643.650 | 685.336 | 6,48 |
| 1.2 Receitas não administradas | 9.186 | 14.186 | 54,43 | 115.379 | 137.892 | 19,51 |
| 1.3 Arrecadação do RGPS ² | 31.484 | 30.019 | -4,65 | 278.439 | 278.049 | -0,14 |
| 2. Transferências a estados e municípios | 14.861 | 14.957 | 0,64 | 177.030 | 189.818 | 7,22 |
| 3. Receita líquida (1-2) | 93.777 | 96.660 | 3,07 | 860.418 | 911.446 | 5,93 |
| 4. Despesa total | 117.632 | 119.639 | 1,71 | 975.306 | 997.609 | 2,29 |
| 4.1 Pessoal e encargos sociais | 22.683 | 22.498 | -0,82 | 218.326 | 220.299 | 0,90 |
| 4.2 Benefícios da previdência | 60.903 | 61.491 | 0,96 | 427.023 | 435.373 | 1,96 |
| 4.3 Outras despesas obrigatórias | 13.263 | 13.855 | 4,46 | 151.292 | 147.284 | -2,65 |
| 4.4 Despesas discricionárias | 20.782 | 21.796 | 4,88 | 178.664 | 194.652 | 8,95 |
| 5. Resultado previdenciário | -29.419 | -31.472 | 6,98 | -148.584 | -157.324 | 5,88 |
| 6. Fundo soberano | 0 | 0 | - | 0 | 4.094 | - |
| 7. Resultado primário (3-4+6) | -23.855 | -22.979 | -3,67 | -114.888 | -82.068 | -28,57 |

Fonte: STN.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota ¹: Receita federal do Brasil.
Nota ²: Regime geral de previdência social.

Na comparação das receitas entre setembro deste ano e o do ano passado, destacam-se aquelas obtidas por meio de concessões, que atingiram R\$ 2,9 bilhões no mês em decorrência do quarto leilão de partilha do pré-sal, e aquelas associadas a compensações financeiras (*royalties*), no valor de R\$ 11,1 bilhões, mais que o dobro do registrado em igual mês de 2017, refletindo a desvalorização cambial (31%) e o aumento do preço do petróleo em dólares no mercado internacional (42,5%). Nessa comparação “mês contra igual mês do ano anterior”, a arrecadação de impostos e contribuições, incluindo a arrecadação do INSS, mostrou queda de 2% em setembro. Como a taxa de variação da receita de impostos e contribuições no acumulado no ano foi de 4,5%, depreende-se que estaria ocorrendo uma desaceleração do crescimento dessa receita na margem. Esse movimento é mais acentuado

no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no Imposto de Importação, na Cofins e no PIS/PASEP, conforme a tabela 3.



TABELA 3
Principais componentes da receita do governo central

| Período | A preços constantes (R\$ milhões de Set.2018) | | Taxa de variação (%) | A preços constantes (R\$ milhões de Set.2018) | | Taxa de variação (%) |
|---|--|-----------|-------------------------|--|----------------|-------------------------|
| | Set./2017 | Set./2018 | | Jan.-Set./2017 | Jan.-Set./2018 | |
| RECEITA TOTAL | 108.638 | 111.617 | 2,7 | 1.037.447 | 1.101.265 | 6,2 |
| Receitas com Impostos e Contribuições, líquidas de incentivos fiscais | 99.452 | 97.431 | -2,0 | 922.069 | 963.373 | 4,5 |
| IPI ¹ | 4.530 | 4.647 | 2,6 | 34.820 | 41.587 | 19,4 |
| IR ² | 21.352 | 23.398 | 9,6 | 267.762 | 272.912 | 1,9 |
| II ³ | 3.051 | 3.530 | 15,7 | 24.785 | 30.976 | 25,0 |
| IOF ⁴ | 3.014 | 3.197 | 6,1 | 27.059 | 27.609 | 2,0 |
| COFINS ⁵ | 20.291 | 19.989 | -1,5 | 163.430 | 187.314 | 14,6 |
| PIS6-PASEP ⁷ | 5.240 | 5.361 | 2,3 | 43.867 | 49.691 | 13,3 |
| CSLL ⁸ | 4.643 | 5.053 | 8,8 | 57.015 | 61.747 | 8,3 |
| Arrecadação do RGPS ⁹ | 31.484 | 30.019 | -4,7 | 278.439 | 278.049 | -0,1 |
| Demais impostos e contribuições | 5.847 | 2.237 | -61,7 | 24.892 | 13.486 | -45,8 |
| Receitas não administradas | 9.186 | 14.186 | 54,4 | 115.379 | 137.892 | 19,5 |
| Concessões | 187 | 2.908 | 1451,0 | 5.212 | 13.225 | 153,8 |
| Dividendos | 116 | 124 | 7,4 | 4.996 | 6.507 | 30,3 |
| CotaParte de Compensações Financeiras | 1.624 | 2.677 | 64,9 | 27.800 | 42.648 | 53,4 |
| Contribuição do salário educação | 1.675 | 2.437 | 45,5 | 16.090 | 16.752 | 4,1 |
| Plano de seguridade social dos servidores | 1.095 | 1.047 | -4,4 | 9.932 | 9.717 | -2,2 |
| Demais receitas não administradas pela RFB | 4.489 | 4.994 | 11,2 | 51.350 | 49.043 | -4,5 |

Fonte: STN.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota ¹: Imposto sobre produtos industrializados.

Nota ²: Imposto de Renda.

Nota ³: Imposto sobre Importações.

Nota ⁴: Imposto sobre operações financeiras.

Nota ⁵: contribuições para o financiamento da seguridade social.

Nota ⁶: Programa de integração social.

Nota ⁷: Programa de formação do patrimônio do servidor público.

Nota ⁸: Contribuição sobre o lucro líquido.

Nota ⁹: Regime geral de previdência social.

Uma fonte importante para a redução do ritmo de crescimento das receitas, segundo dados da Receita Federal do Brasil (RFB)¹, é o fato de que as receitas extraordinárias associadas aos programas de renegociação de débitos tributários – Programa de Regularização Tributária (PRT), Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e Parcelamento da Dívida Ativa – passaram a arrecadar menos esse ano do que em 2017. Em setembro de 2017, esses recursos somaram R\$ 3,6 bilhões, a preços de setembro de 2018, por conta do pagamento da entrada obrigatória em dinheiro para habilitação à participação nos programas especiais de parcelamento. Em setembro de 2018, o montante recolhido sob essa rubrica foi de apenas R\$ 853 milhões – ou seja, uma diferença de R\$ 2,7 bilhões. No acumulado no ano até setembro, contudo, ainda há crescimento de R\$ 5,1 bilhões. Tanto na comparação com igual mês do ano anterior quanto no acumulado no ano, a RFB destaca o comportamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com crescimento de 21,3% e de 9,8%, respectivamente. A arrecadação da Previdência Social, por sua vez, cresceu apenas 0,6% no mesmo período.

¹ Os dados de arrecadação da RFB divergem daqueles apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Pelo lado das despesas primárias, o crescimento real de 1,7% em relação a setembro de 2017 refletiu um comportamento diferenciado entre os vários componentes (tabela 4). Os gastos com pessoal e encargos e os benefícios previdenciários, que representam 70% da despesa primária total, cresceram apenas 0,2% e 0,8%, respectivamente. As outras despesas obrigatórias, por seu turno, cresceram 3,1%, puxadas pelos gastos com subsídios, com aumento superior a 200%, e as demais – em que se destaca o crédito extraordinário, que permitiu o subsídio ao óleo diesel, no valor de R\$ 1,7 bilhão. As despesas discricionárias continuaram a mostrar recuperação, apresentando crescimento de 5,1% em relação a setembro do ano passado. Esse processo de recomposição do gasto discricionário já vinha ocorrendo, tendo desacelerado ligeiramente. Não obstante, e ao contrário de meses anteriores, houve forte crescimento, de 36%, nas despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Minha Casa Minha Vida (MCMV).

TABELA 4
Despesas do Governo Central

| Itens | A preços constantes (em R\$ milhões de Set.2018) | | Taxa de variação (em %) | A preços constantes (em R\$ milhões de Set.2018) | | Taxa de variação (em %) |
|--|--|-----------|-------------------------|--|----------------|-------------------------|
| | Set./2017 | Set./2018 | | Jan.-Set./2017 | Jan.-Set./2018 | |
| 1. DESPESA TOTAL | 117.632 | 119.639 | 1,71 | 975.306 | 997.609 | 2,29 |
| 1.1 Pessoal e encargos sociais | 22.292 | 22.341 | 0,22 | 211.427 | 214.075 | 1,25 |
| 1.2 Benefício previdenciário | 59.935 | 60.437 | 0,84 | 415.851 | 422.916 | 1,70 |
| 1.3 Outras despesas obrigatórias | 17.042 | 17.564 | 3,07 | 191.326 | 188.094 | -1,69 |
| 1.3.1 LOAS + PBF ¹ | 7.068 | 7.040 | -0,40 | 63.479 | 63.958 | 0,75 |
| 1.3.2 Abono | 1.307 | 1.184 | -9,41 | 13.140 | 13.433 | 2,23 |
| 1.3.3 Seguro desemprego | 3.190 | 2.708 | -15,12 | 30.564 | 28.169 | -7,84 |
| 1.3.4 Compensação ao RGPS | 1.132 | 986 | -12,94 | 11.978 | 10.856 | -9,37 |
| 1.3.5 Subsídios | 156 | 479 | 206,16 | 18.474 | 12.979 | -29,74 |
| 1.3.6 Sentenças judiciais e precatórios | 1.619 | 1.471 | -9,14 | 29.639 | 33.184 | 11,96 |
| 1.3.7 Demais | 2.570 | 3.698 | 43,88 | 24.052 | 25.515 | 6,08 |
| 1.4 Discricionárias (exclusive PBF) | 18.364 | 19.297 | 5,08 | 156.701 | 172.524 | 10,10 |
| 1.4.1 PAC e MCMV | 1.694 | 2.300 | 35,77 | 16.565 | 16.278 | -1,73 |
| 2. Outras Despesas de custeio e capital | 24.445 | 26.552 | 8,62 | 221.506 | 240.296 | 8,48 |
| 2.1 Outras despesas de custeio | 21.651 | 23.211 | 7,21 | 194.770 | 208.097 | 6,84 |
| 2.2 Outras despesas de capital | 2.794 | 3.341 | 19,55 | 26.737 | 32.199 | 20,43 |

Fonte: STN.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota ¹: Valores Calculados a partir do SIGA BRASIL.

As comparações das despesas no acumulado no ano até setembro, também na tabela 4, mostram aumento real de 2,3% da despesa primária total. Os gastos de pessoal e encargos e com benefícios previdenciários cresceram 1,3% e 1,7%, respectivamente, em termos reais. As outras despesas obrigatórias, ao contrário do comportamento na comparação mês contra igual mês do ano anterior, apresentam queda no acumulado no ano. Destacam-se as reduções nos pagamentos de seguro-desemprego (-7,8%), nas compensações ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) por desonerações da folha (-9,4%), e nos subsídios e subvenções (-30%) – neste caso, basicamente pela queda em operações oficiais de crédito ao setor agrícola, das relacionadas ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES, e também do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) (-35,4%).

Essas quedas foram parcialmente compensadas pela despesa com financiamento da campanha eleitoral, no valor de R\$ 1,7 bilhão. Por fim, as despesas discricionárias no ano até setembro tiveram crescimento real de 10,1% frente a igual período do ano passado. As despesas do PAC nessa comparação caem 1,7%, embora aquelas ligadas ao MCMV tenham crescido 18,6%. Pela abertura alternativa, em que um subconjunto das despesas², que se aproxima do conceito de despesas discricionárias, é classificado em outras despesas de custeio e de capital, observa-se uma retomada de variações positivas para os acumulados em cada ano até setembro após três anos de variações negativas de cerca de 10% reais, em média, em 2015-2017. O maior crescimento teve lugar no item outras despesas de capital, com variação real de 20,4% – indicando algum movimento de recuperação dos investimentos públicos, após quedas médias anuais em 2015-2017 de 30% ao ano. O item outras despesas de custeio também cresceu em 2018, porém menos, à taxa de 6,8%, após queda média anual de 5,0% ao ano no mesmo período destacado anteriormente.

3 Quarta avaliação bimestral de receitas e despesas primárias

A quarta avaliação bimestral de receitas e despesas primárias, realizada em setembro, manteve a previsão de crescimento real da economia em 1,6%, alterou a taxa média de câmbio para R\$ 3,65 por dólar, frente a R\$ 3,59 da avaliação anterior, e reduziu a estimativa da variação da massa salarial nominal no ano de 4,2% para 3,1%.

As estimativas de receitas primárias foram revistas para cima em R\$ 3,8 bilhões, basicamente devido ao crescimento na arrecadação de receitas administradas pela RFB e associadas ao Imposto de Importação, impactado diretamente pela revisão da taxa cambial, à Cofins e à CSLL, num total de R\$ 3,7 bilhões (tabela 5). As estimativas de receitas não administradas pela RFB foram revistas para cima em R\$ 2 bilhões, em relação à terceira avaliação, em função da elevação da estimativa de receitas de exploração de recursos naturais (*royalties*) e da devolução de valores de precatórios. No entanto, a previsão de receitas líquidas do RGPS sofreu um decréscimo devido à revisão dos parâmetros de mercado de trabalho, com destaque para a massa salarial, refletindo um comportamento pior do que o esperado do emprego formal. Essas revisões nas receitas não administradas (para cima) e na arrecadação do RGPS (para baixo) praticamente se cancelam entre si.

Ao mesmo tempo, as projeções de despesas primárias foram revistas para baixo em R\$ 2,5 bilhões, principalmente em virtude da redução prevista das despesas obrigatórias, em R\$ 4,3 bilhões, relativamente à avaliação de julho. Essa reavaliação prevê uma redução nas despesas com pessoal e encargos sociais, de R\$ 1,5 bilhão, e dos benefícios previdenciários, de R\$ 1,2 bilhão. Houve também queda na despesa prevista com abono salarial e seguro-desemprego, de R\$ 1,3 bilhão, e nas estimativas de despesas com subsídios, subvenções e o Programa de Garantia da Atividade

² Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro-desemprego, subsídios e subvenções econômicas, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)/Renda Mensal Vitalícia (RMV), auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), despesa com fabricação de cédulas e moedas, FIES e Financiamento de Campanha Eleitoral.

Agropecuária (Proagro), de R\$ 1,4 bilhão.



Com isso, o *deficit* primário estimado ficou em R\$ 150,7 bilhões, ou seja, dentro da meta do ano (R\$ 159 bilhões) e R\$ 6,3 bilhões menor que na avaliação anterior. Há, contudo, indicações de que o *deficit* poderá ser ainda menor que o previsto nesta quarta avaliação, dado que a execução, pelos ministérios, do orçamento com limites de pagamentos autorizados pela programação financeira vem ocorrendo em ritmo mais lento que o esperado. Assim, até setembro havia um “empçoamento” de R\$ 12,2 bilhões nessas despesas, e a STN estima que esse montante pode chegar a R\$ 15 bilhões até o final do ano, reduzindo assim o *deficit* primário para um valor cerca de R\$ 20 bilhões inferior à meta do ano.

TABELA 5

Avaliações de bimestrais de receitas e despesas

| | Janeiro a setembro | | Janeiro a dezembro | | | | | | Realizado / Previsto na avaliação de terceiro bimestre |
|---|--------------------|--|--------------------|------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|--|
| | Realizado | Taxa de variação em relação ao ano anterior (%) | LOA 2018 | Avaliação Fevereiro | Avaliação do primeiro bimestre | Avaliação do segundo bimestre | Avaliação do terceiro bimestre | Avaliação do quarto bimestre | |
| 1. Receita primária total | 1.101.277 | 6,21 | 1.462.052 | 1.460.655 | 1.462.931 | 1.470.556 | 1.482.181 | 1.485.986 | 74,11 |
| Receita administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais | 685.336 | 6,54 | 890.255 | 880.924 | 894.037 | 897.199 | 901.391 | 905.079 | 75,72 |
| Arrecadação líquida para o RGPS | 278.049 | -0,14 | 405.338 | 403.284 | 395.736 | 393.782 | 392.500 | 390.549 | 71,19 |
| Receitas não-administradas pela RFG/MF | 137.892 | 19,71 | 166.460 | 176.447 | 173.158 | 179.574 | 188.289 | 190.359 | 72,44 |
| 2. Transferências aos entes subnacionais por repartição de receita | 189.818 | 7,30 | 244.220 | 243.863 | 246.079 | 247.639 | 256.070 | 255.948 | 74,16 |
| 3. Receita líquida de transferências (1-2) | 911.459 | 5,99 | 1.217.832 | 1.216.793 | 1.216.853 | 1.222.916 | 1.226.110 | 1.230.039 | 74,10 |
| 4. Despesas primárias | 997.609 | 2,31 | 1.373.365 | 1.371.598 | 1.374.296 | 1.375.719 | 1.383.265 | 1.380.814 | 72,25 |
| Obrigatórias | 812.084 | 0,88 | 1.243.881 | 1.242.683 | 1.245.381 | 1.246.804 | 1.255.570 | 1.251.274 | 64,90 |
| Despesas com controle de fluxo do poder executivo | 185.524 | 9,06 | 129.485 | 128.915 | 128.915 | 128.915 | 127.695 | 129.541 | 143,22 |
| 5. Resultado primário | -86.150 | -25,25 | -155.533 | -154.805 | -157.443 | -152.802 | -157.155 | -150.775 | 57,14 |
| 6. Compensação resultado estatais federais | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 7. Meta fiscal | | | -159.000 | -159.000 | -159.000 | -159.000 | -159.000 | -159.000 | |
| 8. Esforço (-) ou ampliação (+) | | | 3.467 | 4.195 | 1.557 | 6.198 | 1.845 | 8.225 | |

Fonte: STN.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota 1: Valores constantes de Setembro de 2018 - Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter
Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Felipe Simplicio Ferreira
Janine Pessanha de Carvalho
Leonardo Simão Lago Alvite
Matheus Rabelo de Souza
Monyk Brites Alves Cardoso
Pedro Mendes Garcia
Renata Santos de Mello Franco
Victor Henrique Farias Mamede

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.